

# PORQUÊ ALTERAR

## A CONSTITUIÇÃO

### • Depoimento do Secretário da Comissão de Revisão da Constituição, Oscar Monteiro

*«Devemos dizer que os princípios fundamentais da Constituição a afirmação da linha que nos orienta, assim como dos direitos e deveres fundamentais do cidadão permanecem, no essencial, imutáveis. A Constituição define já desde a Independência esses direitos. É sobretudo ao nível das instituições do Estado que se operam algumas transformações resultantes deste processo».*

*P — Interrogado sobre qual a necessidade de se proceder à revisão da Constituição da R. A., José Oscar Monteiro, Secretário da Comissão de Revisão, respondeu:*

*C.M. — Com vista a preparar a 3.ª sessão da Assembleia Popular, que tem como tarefa proceder à revisão da Constituição, torna-se necessário iniciar um debate popular, uma grande acção de informação popular sobre a nossa Constituição.*

*Existe, assim, a necessidade da modificação.*

Recordam-se que a 3.ª sessão do Comité Central mandou a Assembleia Popular para proceder à revisão constitucional. Para este efeito a Comissão Permanente criou a Comissão de Revisão da Constituição, encarregada de elaborar e submeter à própria Comissão Permanente, uma proposta de alteração da constituição até 25 de Junho de 1978.

Trata-se de uma tarefa de grande importância para consolidação do poder do Estado de operários e camponeses, de acordo com as decisões do III Congresso da FRELIMO.

*P — Procedendo-se a uma Revisão Constitucional tem-se um objectivo a atingir. Deste modo queremos saber qual esse ob-*



*«Levar a Constituição ao conhecimento das largas massas. Conhecendo a Constituição é tornar vivo e democrático o nosso Estado, é evitar qualquer afastamento entre o cidadão, individualmente considerado e o Estado onde ele se integra.» (Oscar Monteiro)*

*jectivo e o que se pensa rever concretamente, sobre o que Oscar Monteiro deu a conhecer o seguinte:*

O.M. — Desde a aprovação da Constituição, que teve lugar no dia 20 de Junho de 1975 por decisão do Comité

Central, reunido no Tofo, grandes transformações tiveram lugar no nosso país.

A Constituição estabeleceu os princípios fundamentais que regiam a nossa República, a partir do dia 25 de Junho Dia da Independência.

Mas, desde essa época, houve grandes passos em frente. Em termos de transformações políticas, a consolidação do Estado Democrático Popular, e sobretudo em termos de funcionamento das instituições.

Ganhámos mais experiência no funcionamento das instituições, e, particularmente, uma instituição que é o órgão supremo de poder de estado na nossa República entrou em funcionamento. — Em 1 de Agosto de 1977 entrou em funcionamento, pela primeira vez, a Assembleia Popular.

Funcionou dessa vez na sua constituição provisória, determinada na Constituição. Mas a própria Constituição tinha estabelecido que este é um princípio muito importante no nosso Estado Democrático Popular, à necessidade de realização de eleições gerais até um ano depois do III Congresso.

Dado que o III Congresso da FRELIMO se tinha realizado de 3 a 7 de Fevereiro, significava que as primeiras eleições gerais, segundo a nossa lei constitucional, deveriam ter lugar até o dia 3 de Fevereiro de 1978. Assim foi reunida a Assembleia Popular ainda na sua constituição provisória.

Nesta sua primeira sessão, a Assembleia Popular adoptou um documento fundamental, que prepara justamente a nova fase de edificação do nosso estado, que foi a lei eleitoral.

As eleições realizaram-se através de um processo que todos recordam, caracterizado por uma intensa participa-

ção popular, por uma grande dinamização da nossa vida política. Como sua Ex.<sup>a</sup> Presidente da República recordava, referindo às eleições, falaram aqueles que nunca tinham falado.

Isso introduziu uma grande transformação, constitui um grande aprofundamento da democracia no nosso país.

Com a realização das eleições, que se iniciaram ~~por~~ eleições das Assembleias de localidade, em seguida de Assembleias de distrito e de cidade, e mais tarde, de eleições de Assembleias Provinciais, culminando na eleição da Assembleia Popular que teve lugar no dia 4 de Dezembro, ficou constituída pela primeira vez na história do nosso país, um sistema de órgãos de poder de natureza profundamente democráticos.

Assembleias que representam a vontade do povo moçambicano, Assembleias que constituem um momento decisivo na transformação da vida do povo moçambicano.

A partir deste momento torna-se necessário, digamos, esta situação, a eleição da Assembleia Popular, implica, por um lado, algumas alterações na Constituição.

A Constituição limitava-se a estabelecer a composição da Assembleia até o momento das eleições. Agora temos a Assembleia já constituída, a Assembleia eleita livre e democraticamente. Torna-se necessário regulamentar a constituição.

Quer dizer que alguns artigos da Constituição se tornam ultrapassados. Com a entrada em funcionamento da Assembleia Popular, o Conselho de Ministros deixa de ter poder de fazer leis.

Ora, a Constituição estabelecia este princípio de que o Conselho de Ministros, até ao momento da entrada em funcionamento da Assembleia Popular, tinha poder de fazer leis.

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

### TÍTULO I

#### Princípios gerais

##### ARTIGO 1.º

A República Popular de Moçambique, fruto da resistência secular e da luta heróica e vitoriosa do Povo Moçambicano, sob a direcção da FRELIMO, contra a dominação colonial portuguesa e o imperialismo, é um Estado soberano, independente e democrático.

##### ARTIGO 2.º

A República Popular de Moçambique é um Estado de democracia popular em que todas as camadas patrióticas se engajam na construção de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem.

Na República Popular de Moçambique o poder pertence aos operários e camponeses unidos e dirigidos pela FRELIMO, e é exercido pelos órgãos do poder popular.

##### ARTIGO 3.º

A República Popular de Moçambique é orientada pela linha política definida pela FRELIMO, que é a força dirigente do Estado e da Sociedade. A FRELIMO traça a orientação política básica do Estado e dirige e supervisa a acção dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo.

A palavra Constituição suscita, em muitas pessoas, certo número de dúvidas. dúvidas essas que geralmente provêm de que desconhece-se o seu significado, seu conteúdo e seus objectivos.

A Constituição é um diploma que define a natureza de classe de um Estado, os direitos e os deveres dos seus cidadãos, que define igualmente os objectivos do Estado e os órgãos que exercem o poder. É a lei fundamental de um Estado.

Como disse Óscar Monteiro, no decorrer da conferência de imprensa que concedeu à informação moçambicana sobre a revisão constitucional, «A nossa Constituição é uma Constituição revolucionária. A nossa Constituição é dinâmica, é um instrumento dinamizador da revolução democrática popular no nosso país. A nossa Constituição corresponde à

natureza de classe do nosso poder, às condições políticas e económicas existentes na nossa sociedade.

A nossa Constituição resulta da Luta Armada Revolucionária de Libertação Nacional, resulta de um processo revolucionário que teve lugar durante a própria luta de libertação. Ela consagra, por isso, as conquistas das massas populares, dos operários e camponeses do nosso país.

A Constituição de um estado burguês visa criar um sistema de normas que assegurem a exploração. A Constituição de um Estado socialista define os princípios e cria os órgãos que garantam o domínio da classe operária aliada ao campesinato sobre a classe burguesa e a construção de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

A Revisão da Constituição surge partindo do princípio de que a nossa Constituição não é um documento imutável.

Esse poder compete agora à Assembleia Popular que é o órgão supremo de poder de estado. Outras medidas transitórias, outras instituições, outras formas de trabalho dos nossos órgãos, também se tornam ultrapassados. Por outro lado ganhamos experiência no funcionamento do Conselho de Ministros, ganhamos experiência no funcionamento dos Governos Provinciais.

Recordam-se que na Constituição vinham apenas alguns princípios muito gerais sobre o funcionamento dos órgãos locais de poder de Estado e alguns princípios muito gerais sobre a organização judiciária.

Desde a Independência até agora, essas estruturas foram entrando em funcionamento. Criou-se, depois da Independência, uma estrutura que não existia realmente, que era o Governo Provincial.

Torna-se, pois, necessário, introduzir essas experiências na nossa lei fundamental.

O que é que o mesmo vale em relação à organização judicial?

Somente alguns princípios tinham sido estabelecidos na Constituição. Não é senão neste ano que desencadeamos a grande acção de estruturação do sistema judiciário.

Fortes das experiências adquiridas depois da Independência, guiados pela Linha Política definida com clareza no III Congresso, pela afirmação clara da vontade do povo moçambicano de se engajar no caminho do socialismo, nós passamos a materializar esses princípios sob formas de instituições fundamentais da nossa República.

É assim que temos a Assembleia Popular, temos uma grande experiência do funcionamento da Assembleia Popular, temos as Assembleias do Povo a todos os escalões territoriais, temos

novas estruturas executivas, como os Governos Provinciais, os Conselhos Executivos de distrito e de cidade e os Conselhos executivos de localidade.

Tornam-se caducas instituições como as Câmaras Municipais e Administração Civil.

Está em processo a criação de tribunais populares, que integram realmente as massas no exercício da justiça, que constituem um sistema de justiça acessível e compreensível às massas.

Era necessário integrar todas estas transformações na Constituição.

Ela é uma Constituição revolucionária. A nossa Constituição é dinâmica, é um instrumento dinamizador da revolução democrática popular no nosso país. A nossa Constituição corresponde à natureza de classe do nosso poder, às condições políticas e económicas existentes na nossa sociedade.

A nossa Constituição resulta da Luta Armada Revolucionária de Libertação Nacional, resulta de um processo revolucionário que teve lugar durante a própria luta de libertação. Ela consagra, por isso, as conquistas das massas populares, dos operários e camponeses do nosso país.

Garante direitos democráticos e deveres democráticos aos cidadãos e define o programa de acção para a transformação das condições de vida do Povo no domínio social, como na educação, na saúde, no trabalho. Ela garante os direitos fundamentais do Povo.

Direito à educação, direito à saúde, direito ao trabalho.

A nossa Constituição garante o princípio da igualdade entre os sexos, a luta contra qualquer forma de discriminação. Mas mais ainda, ela estabelece formas económicas e princípios

fundamentais que regem a nossa vida económica, que garantam a construção das bases materiais e ideológicas da sociedade socialista.

Por isso devemos dizer que os princípios fundamentais da Constituição, a afirmação da linha que nos orienta, assim como dos direitos e deveres fundamentais do cidadão, permanecem, no essencial, imutáveis. A Constituição define já desde a Independência esses direitos.

É sobretudo ao nível das instituições que se operam algumas transformações resultantes deste processo.

Estas instituições visam materializar os princípios fundamentais inscritos na Constituição, visam materializar os direitos e os deveres.

Nós sentimos efectivamente estes princípios como fundamentais. Estes direitos e estes deveres não são coisas abstracções. Quando nós falamos no direito à saúde, no momento da independência, nós afirmávamos um princípio. Já hoje, a nossa República, o nosso Estado Democrático Popular, está em condições de assegurar, através de uma vida, tais como: numa primeira fase a nacionalização da medicina e a luta contra a exploração; o comércio da vida e da morte que tinha lugar na sociedade colonial.

Mais tarde, através da lei da socialização da medicina que estabelece a gratuidade dos serviços médicos, hoje, qualquer cidadão não deixa de ser tratado por não ter dinheiro. Aí está uma realização concreta do programa político de carácter socialista já inserida na nossa Constituição.

Hoje já existe um sector económico do estado, que luta para se afirmar cada vez com mais força, luta contra a herança de sabotagem e exploração.

Ela adapta-se à etapa da nossa revolução democrática e popular.

Desde a Independência Nacional diversas transformações ocorreram no nosso país. Essas transformações foram de carácter político: A criação do Partido de Vanguarda, o processo eleitoral e as consequentes eleições gerais a todos os níveis; de carácter económico: As nacionalizações, a criação e desenvolvimento das aldeias comunais e cooperativas; a criação de empresas estatais, de carácter social; com a socialização da medicina, a abolição da advocacia privada e a nacionalização do ensino.

Por outro lado, o processo de escangalhamento do aparelho de estado colonial implicava a organização de um estado de tipo novo que reflectisse os interesses da aliança operário-camponesa e que desempenhasse cabalmente as

funções que lhe estão destinadas, como instrumento principal da materialização da política do Partido.

No que diz respeito fundamentalmente às instituições do Estado, novas estruturas entraram em funcionamento depois da Independência. São as seguintes: Os Governos Provinciais, a Assembleia popular que é o órgão supremo de poder de Estado, Assembleias do Povo em todos os escalões, Conselhos executivos de distrito e de cidade e os Conselhos executivos de localidade.

Deixam de existir instituições como as Câmaras Municipais e a Administração Civil.

É necessário integrar todas estas transformações na nossa Constituição.

É igualmente dentro deste contexto que surgiu a necessidade de se proceder à revisão da Constituição.

Mas, é um sector económico do estado de que nós nos orgulhamos porque trabalha, não para benefício do capitalismo explorador, do Imperialismo, mas sim, para benefício do povo moçambicano.

*P — Como é que se irá realizar o processo de revisão constitucional?*

O.M. — Constitui preocupação da direcção do nosso Partido e do Estado, que este tema, este assunto fundamental para a vida de todos os cidadãos, seja discutido o mais amplamente possível.

Trata-se de recolher o maior número possível de sugestões sobre a revisão da Constituição. Mas, trata-se, sobretudo, de organizar um estudo pela Constituição.

Um estado verdadeiramente democrático e popular tem de lutar para que os seus cidadãos conheçam os seus princípios fundamentais, conheçam com profundidade e com rigor os seus direitos e os seus deveres. Conheçam as suas instituições e o modo como elas funcionam.

As Assembleias, por exemplo, são as instituições que mais próximo se encontram da vontade popular, que devem assumir e exprimir essa vontade popular, que devem transmitir ao conjunto das estruturas do Governo as preocupações, as dúvidas, as sugestões populares.

É para isso necessário conhecer a Constituição. Saber como funcionam as nossas estruturas. A Constituição é a lei em que se explicam, além dos direitos e dos deveres, o funcionamento das estruturas. Quais são as estruturas, para que elas existem e como elas funcionam.

Levar a Constituição ao conhecimento das largas massas. Levar cada cidadão a assumir plenamente os seus direitos e deveres de cidadão conhecendo a Constituição, é consolidar a democracia, é evitar qualquer separação entre o cidadão, individualmente considerado, e o estado no qual ele se integra, é tornar vivo e democrático o nosso estado, é tornar popular o nosso estado.

Por isso, esta discussão sobre a Revisão Constitucional é também a ocasião para que mais e mais cada cidadão moçambicano conheça a sua Constituição. Neste sentido, a Comissão de Revisão da Constituição entendeu que não devia fazer um trabalho fechado. Entendeu que sempre que possível e tanto quanto possível, levar as massas a participar neste processo.

Teve lugar no dia 29 de Maio, na passada 2.ª feira, a 1.ª reunião da Revisão da Constituição. Foram discutidas alterações. Fundamentalmente, foi considerada a necessidade de revisão das partes da Constituição que se referem às instituições do estado; à Assembleia Popular, Comissão Permanente, Conselho de Ministros, organizações locais do estado, isto é, Governos Provinciais, Conselhos Executivos de distrito, de cidade, de localidade e organização judicial, isto é, o Tribunal Popular Supremo e as instituições que lhe são subordinadas.

Foi dada, a cada membro da Comissão de Revisão da Constituição, a tarefa de organizar as discussões nas províncias.

Terão lugar, numa primeira fase, nestes próximos dias, reuniões de preparação com os deputados às Assembleias Provinciais e em seguida das organizações democráticas de massas, a quem

cabe igualmente uma grande tarefa na educação política e cívica dos cidadãos.

Em seguida, os deputados às Assembleias Provinciais e membros das organizações democráticas de massas serão repartidos por grupos que organizarão reuniões populares de explicação sobre o que é a Constituição, sobre o que é que contém a nossa Constituição, sobre as propostas fundamentais, sobre os aspectos fundamentais que merecem uma modificação.

Estas reuniões terão lugar entre 3 a 10 de Junho e serão, ao mesmo tempo, sessões de estudo da Constituição, ela própria, das alterações propostas e de recolha de sugestões.

Nós consideramos que os órgãos de informação têm um papel muito importante a desempenhar nesta campanha, promovendo o conhecimento da Constituição, promovendo a sensibilização do Povo moçambicano, no seu conjunto, sobre estes problemas da Constituição.

As sugestões podem ser feitas através dos Gabinetes dos Governos Provinciais, directamente para o Secretariado da Comissão de Revisão da Constituição ou através dos órgãos de informação que as transmitirão para a Comissão de Revisão da Constituição.

Em todas as sugestões deve-se inscrever no envelope ou carta, uma referência que permita identificá-la como destinando-se à Comissão de Revisão da Constituição.

Façamos da revisão da Constituição mais uma grande batalha pelo desenvolvimento da nossa consciência política e cívica, pela afirmação da nossa cidadania, pela consolidação da nossa República, pela afirmação do nosso Estado Democrático e Popular.

A participação popular em sugestões para a modificação da nossa Constituição, ganha especial relevo no mesmo processo.

A nossa Constituição define essencialmente os direitos e deveres de todos os cidadãos.

Ora, todas as transformações que se vêm verificando desde a Independência visam materializar esses direitos e deveres dos cidadãos. «Um Estado verdadeiramente democrático e popular tem de lutar para que os seus cidadãos conheçam os seus princípios fundamentais» — disse a dado passo Óscar Monteiro, explicando deste modo o objectivo que se pretende apelando-se à participação popular no processo de rever a Constituição, acrescentando a seguir que

trata-se de também de levar a que os cidadãos «conheçam com profundidade e com rigor os seus direitos e seus deveres. Conheçam as suas instituições e o modo como elas funcionam».

É por isso que, por exemplo, o presente processo de rever a nossa Constituição, com particular incidência nos capítulos que dizem respeito às instituições do Estado, exige uma ampla participação popular.

Mais orientações sobre o modo como se processa a revisão constitucional poderão ser encontradas ao longo do depoimento do Secretário da Comissão de Revisão da Constituição, José Óscar Monteiro.